

“CORPOS E SENSações DISTANTES DO IDEAL”: COTIDIANO E TRABALHO DE MULHERES POBRES NA CIDADE DO RECIFE NO INÍCIO DA REPÚBLICA.

VIVIANE BARBOSA PEREIRA¹

As transformações ocorridas nas principais cidades brasileiras durante o início da Primeira República, são o reflexo de um conjunto de ações gestadas desde a metade do século XIX, que propunham adequar a nação brasileira aos ares de progresso e crescimento econômico decorrente da nova ordem burguesa. O fim da escravidão, o aumento do fluxo migratório e migratório rural, o crescimento demográfico, e a consolidação de uma classe urbano-comercial, trouxe a baila discussões sobre o controle social, sobretudo em áreas de exponencial crescimento populacional com São Paulo e Rio de Janeiro.

De meados do século XIX para o início do XX, a cidade passou a ser vista por médicos higienistas e letrados, como um espaço de disseminação das doenças morais. Segundo Clarissa Nunes, a ideia de administrar tecnicamente a cidade perpassava também pelo dever de disciplinar as classes populares para o mercado de trabalho (MAIA, 2001, p. 232). O regime republicano, embebido nas ideias capitalista-burguesas, irá consolidar o projeto de transformação do homem livre em trabalhador assalariado, a partir da construção de uma nova ideologia de trabalho e da repressão e vigilância contínua das classes populares por meio do aparelho judiciário (CHALHOUB 2001; p. 47).

A nova ideologia de trabalho encarregou-se de transformá-lo numa atividade dotada de honra e civilidade, no intuito de disciplinar o contingente de pessoas livres, libertos e pobres². A resignificação do trabalho, por meio do assalariamento foi uma das estratégias utilizadas pela elite na empreitada de regular o grande contingente de pessoas – oriundas do da abolição, do fluxo migratório e da redução da mortalidade decorrente de melhores condições de higiene (CHALHOUB 2001; p.61-62) que se acumulavam nas cidades aos montes – à nova ordem econômica.

Em Pernambuco o debate sobre a importância do trabalho livre em detrimento ao trabalho escravo é iniciado desde a primeira metade do século XIX (ARRAIS, 2004: 202),

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional da UFRPE.

² Sobre a nova ideologia de o trabalho ler CUNHA, Maria Clementina Pereira. **De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)**. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.5, p.181-215. jul. 1998. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-9.pdf > Acesso em: 03/06/2011.

mas em 1840 com inserção de mão de obra livre nas obras públicas durante o governo de Conde da Boa Vista (ARRAIS, 2004: 204) percebe-se uma concretização do discurso em prática. Entretanto, é a partir de 1870 que o tema passa a ser difundido como agente colaborador do “Progresso”, do “Patriotismo”, e da “Civilização”, pois é neste momento que o contato de uma elite mais atualizada com os ideais econômicos e teóricos franceses e ingleses, e a crescente necessidade de melhoras nas técnicas agrícolas, que acabavam por demandar mão de obra qualificada, fizeram com que a Província criasse instituições capazes de suprir os imperativos econômicos e a o desejo de formação moral dos indivíduos por meio do trabalho (ARRAIS, 2004: 210-212).

Jornais e revistas do Recife no início do século XX, geralmente encabeçados por uma elite letrada interessada na discussão sobre progresso nacional e influenciada pelos valores europeus, vão de forma frequente divulgar a honradez advinda do trabalho e a desaprovação da ociosidade.

Apesar de referir-se ao Rio de Janeiro – possuidor de um cenário de crescimento populacional e econômico exponencial - Chalhoub aponta em *Trabalho, Lar e Botequim* algo que nos parece interessante para o cenário recifense no início do século XX, a dizer que o esquema trabalhador assalariado mais capitalista empregador, não deu conta de todos os “milhares de indivíduos que não conseguindo ou não desejando se tornarem assalariados, sobreviviam sem se integrarem ao tal ‘mercado’, mantendo-se como ambulantes, vendedores de jogo do bicho, jogadores profissionais, mendigos, biscateiros etc.” (CHALHOUB 2001: 62). Dessa forma, o autor comenta sobre duas nuances que serão imperativas durante o processo de ordenamento do trabalho assalariado: a coerção dos que não se enquadravam ao trabalho, e o controle dos padrões de conduta familiar e social dos trabalhadores. (CHALHOUB 2001:51).

Dentro deste cenário de controle as mulheres, sobretudo as pobres, além de transitarem no contingente populacional de trabalho da época, figuravam como um dos temas centrais dos debates médicos e jurídicos, imbuídas da responsabilidade de educar os filhos, amoldar os membros da família, atraindo-os para o ambiente doméstico (ESTEVEES, 1989: 75).

Interessa-nos portando, reconstruir o(s) cotidiano(s) das mulheres pobres da cidade do Recife, compreender como o trabalho na rua, suas relações nos espaços de sociabilidades,

diversão e lazer imputavam a esta mulher uma representação pejorativa. E como estas resistiam aos estigmas, negociando e lutando pelo direito de viver ao modo que queriam, analisando o controle social direcionado a elas no início do século XX na cidade do Recife, quer fosse ao âmbito do trabalho, do amor, na criação dos filhos, no lar, a partir da reconstituição de suas experiências.

Desde o Código Criminal promulgado em 1890, que se fará presente no cotidiano dos nossos sujeitos no qual se refere de forma mais direta as questões de moralidade e crimes sexuais colocando no bojo das discussões a conduta feminina, até a Reforma do Porto do Recife, iniciada em 1908 e que irá modificar os espaços da cidade através da modernização das estruturas – renovação urbana.

O Recife e as mulheres...

Recife dos primeiros anos republicanos experienciava como na grande maioria das capitais brasileiras, a dicotomia entre o projeto médico higienista/sanitarista e a realidade das ruas, sobrados e mocambos. De um lado, o discurso modernizante, na proposta de transformar – através de um conjunto de práticas - o espaço público, a vida de homens, mulheres e crianças em “lugares” medicalizados, civilizados e aptos para o progresso nacional. Do outro a população, sobretudo pobre, formada por um contingente desvalidos, vadios, jornaleiros, trabalhadores domésticos, resquícios da transição do trabalho escravo para o livre e fruto da migração rural – que em Recife representou entre os anos de 1900 a 1920 cerca de 35% a 39% da população (LOPES, 2003: 22) se multiplicavam junto aos mocambos, bairros periféricos os cafés-concerto, os bares, a rua suja e barulhenta.

Dentro deste contingente populacional formado pelos mais diversos personagens sociais, a mulher, representava 48% da população da República em 1900³. No Recife a população feminina neste mesmo ano, de um total de 113 mil habitantes, era de 59.268⁴. Na

³ Directoria Geral de Estatística, [187?] / 1930, Recenseamento do Brasil 1872/1920; IBGE, Censo demográfico 1940/2010. Até 1960, dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Diversas tabelas. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD79&t=dados-historicos-do-censo-demografico-populacao-dos-municipios-das-capitais>>. Acesso em 03/05/2011.

⁴ Anuario estatístico do Brasil (1908-1912), território e população. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. v. 1, xxxii, 471 p. Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br/index.php>> Acesso em 12/10/2011.

década de 1920, esse número era de 168.737 mulheres dentro um contingente de 238 mil pessoas⁵.

Os debates direcionados a modernização e ao progresso nacional estavam diretamente ligados à figura feminina. Era da mulher o papel de cuidar do lar, da moral familiar e de atrair seus partícipes ao ambiente doméstico. O ambiente da rua era constantemente relatado como um lugar perigoso e desviante. No Recife periódicos, publicações acadêmicas ataviados a este teor, como no *Almanach de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*, *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife* entre outros, era comum a divulgação de admoestações sobre a conduta da mulher higienizada, bem como debates contra a mendicância, vadiagem, e o ócio.

Segundo Maria Clementina Cunha o objetivo de criar um ideal de comportamento feminino era de “demarcar o campo das ‘famílias de bem’, contribuía simultaneamente para estabelecer parâmetros de superioridade e para reforçar os elementos de suspeição contra as classes populares” (CUNHA,1998: 19).

Apesar dos esforços civilizantes centrarem-se na figura da mulher, o sentido e a aceitação era diferente diante da condição social de cada uma. (ESTEVES, 1989:75). Michele Perrot, afirma que as mulheres do povo possuem outros saberes e poderes, principalmente médicos, religiosos e até mesmo culturais (PERROT, 1998:181). As mulheres das classes populares percebiam as questões de honra, moralidade, virgindade de forma diferente das mulheres da elite. Segundo Sandra Graham, sobre o trabalho doméstico do Rio de Janeiro entre os anos de 1860-1910, o conceito de espaço público das mulheres pobres era inverso ao conceito da elite, para elas a rua representava ao mesmo tempo, um espaço de relativa autonomia em relação aos patrões e de sociabilidade com os membros de sua comunidade.

“Corpos e sensações distantes do ideal”

Susan Besse, afirma que a década de 1910 irá representar um crescimento da de mão de obra feminina assalariada, inclusive da classe média urbana, por fatores que iam desde o declínio do valor do trabalho doméstico até a adoção pelas próprias mulheres a um desejo de maior autossuficiência econômica (BESSE, 1999:143). Esse momento será acompanhado

⁵ Dados da Inspeção de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária. **Recenseamento do Recife de 1923**. Departamento de Saúde e Assistência. p.3 ano 1924. (Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco).

também por alguns intelectuais que em defesa aos ideais de progresso e da nova economia urbano comercial, que defendiam o trabalho feminino enquanto impulso para a economia e complemento da renda de seus cônjuges. (BESSE, 1999: 43-144).

No Recife Sergio Loreto irá compartilhar algo semelhante na Revista Acadêmica de Direito em 1922:

Em nossos dias, senhores, a mulher não tem que desempenhar somente o simples papel de companheira inefável do homem, em horas de prazer, ou de sublime consoladora, em horas de aflição. Com o contingente poderoso de sua atividade material e intelectual ela, deve colaborar e concorrer com ele nas justas afanosas do progresso humano. Todo penetrado de delicadeza e minúcia trabalho feminino é mesmo por vezes complemento do esforço masculino.⁶

Todavia o trabalho feminino não poderia distanciar a mulher de seus deveres familiares, nem tampouco do estereótipo de feminilidade. Era importante que esta ficasse longe de trabalhos considerados “inadequados” ou perigosos.⁷ Consoante a essa ideia Sergio Loreto evidenciou que:

Se volvermos então um olhar para as instituições de caridade, para as sublimes organizações da Cruz Vermelha, como nos haveremos de convencer da valia completa do trabalho feminino! E é justamente no piedoso mister da enfermeira – que tanto se coaduna com a doce suavidade da alma feminina que mais se assinalam e evidenciam a perfeição e o esmero do labor da mulher.⁸

Entretanto ao considerar alguns dados referentes às mulheres recifenses dos primeiros anos do século, percebemos que o Professor Sergio Loreto, se refere a uma classe de mulheres. Classe essa que pode participar de entidades beneficentes, que possui instrução suficiente para torna-se enfermeira, e que enquanto casada pode ajudar o marido com seu trabalho fora de casa como reforço da renda familiar. Essa admoestação não leva em conta o alto índice de viuvez feminina – em Pernambuco das pessoas consideradas viúvas cerca de

⁶ LORETO, Sérgio. **A mulher do ponto de vista jurídico e comercial**. In: Revista Acadêmica da Faculdade de Direito. Recife, 1921.

⁷ Ibidem p. 145-146.

⁸ Idem p. 321

70% eram mulheres⁹ – o analfabetismo que chegava em 1900 no Estado a índices de 72% obre o total da população maior de 15 anos¹⁰, nem tampouco a predominância de mulheres em bairros considerados pobres como Afogados e Várzea¹¹.

Ao trabalho da mulher pobre restava a desconfiança, ou a ideia de que este seria um mal atenuado diante da mendicância ou a vadiagem, como vemos em um artigo do Jornal Pequeno de 15/07/1915:

(...) ainda hoje ao subir a ponte do Recife, lado de Santo Antônio, esmolava uma mulher bastante moça aparentemente sadia, exibindo ao colo uma criancinha, de poucos meses de vida, coberta com uns andrajos que não a punham a coberto da chuva e do frio. Era um espetáculo que comovia, ao mesmo tempo porém revoltava o procedimento de uma mãe que não vacilava em comprometer daquele modo, a vida de seu filhinho em lugar de procurar qualquer trabalho que pudesse oferecer aquele “entesinho” um conforto seguro.

De acordo com Sidney Chalhoub o trabalho remunerado é um aspecto essencial da construção de uma identidade social da mulher pobre (CHALHOUB 2001: 207). Mas muitas outras identidades serão criadas, no entorno do cotidiano de trabalho e o caso seguinte nos permite ousar esta afirmação. Zulmira Maria da Conceição¹² “de desenove anos de idade, profissão de serviços domésticos, filha de Domingos da Silva e Luiza Maria, esta já falecida”, trabalhava e morava na casa do Sr. Joaquim Silvestre Teixeira, dono de uma refinaria de açúcar em Afogados. Esta encenou um processo judicial de 1901, como vítima de defloração por parte de seu suposto namorado, José Alves da Silva, de vinte dois anos, também funcionário da refinaria. Apesar de parecer apenas mais um caso sobre defloração de uma menor órfã e miserável, é possível perceber nuances específicas neste caso a começar do corpo de testemunhas do processo.

⁹ Anuario estatístico do Brasil (1908-1912), território e população. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. v. 1, xxxii, 471 p.266-267 Disponível em: <<http://memoria.nemesis.org.br/index.php>> Acesso em 12/10/2011.

¹⁰ **Repertório estatístico do Brasil, quadros retrospectivos.** Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, p. 13 Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=seriesestatisticasretrospectivas&itulo=Repert%F3rio%20estat%EDstico%20do%20Brasil:%20Quadros%20retrospec> Acesso em 02/02/2012.

¹¹ Dados da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária. **Recenseamento do Recife de 1923.** Departamento de Saúde e Assistência, 1924.

¹² José Alves da Silva, S/N, Caixa 1367, ano de 1901. Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco.

Formado pelo patrão de Zulmira e alguns de seus funcionários, ou seja, todos os depoentes são homens que estabelecem uma relação de trabalho com a vítima, o que nos leva a conjecturar três hipóteses: primeiro, o trabalho seria um elemento de identidade social que superava os limites de gênero, pois presumisse que Zulmira possuísse algum prestígio por parte seus companheiros de trabalho, estabelecendo com eles uma relação cotidiana por conta da sua atividade de empregada doméstica, e isto talvez tenha sido o suficiente para levá-los a testemunhar em defesa da sua honra, já que no processo não identificamos nenhum grau de parentesco dos depoentes com a vítima; segunda, que o fato de defenderem Zulmira poderia também significar a reprovação por parte daquele grupo ao ato de defloração em questão ou em terceiro, que as testemunhas – funcionários da refinaria – poderiam sentir-se coagidos a depor em favor de Zulmira com forma de agradar o patrão, que por sua vez deveria exercer sobre a menor uma espécie de tutela.

Para, além das possíveis hipóteses acima, é possível perceber no decorrer do processo, dois pontos: que a menor trabalhava remuneradamente, e possuía uma conduta moral respeitável no ponto de vista de seus companheiros de trabalho, como vemos no depoimento do mestre refinador Manoel Geraldo de Sá Cavalcante:

[...] que a ofendida é criada da casa de seu patrão, recebendo por isto um salário cuja importância ignora; que a mesma ofendida somente sahia da casa acompanhado as filhas de seu patrão até o estabelecimento deste; podendo afirmar que não sahia mais para parte alguma.¹³

Defender a honra da vítima de forma imperativa nesses tipos de caso, não é nenhuma novidade, visto que para a justiça não importava especialmente o seu histórico de trabalho, mas sobretudo que a conduta moral da moça fosse de respeito. A defesa da honra da empregada doméstica foi feita também por seu patrão, que além de depor em seu favor endossar todo o seu testemunho da figurou como um agente atenuador das tensões, o patrão era uma espécie de “juiz doméstico” (CHALHOUB 2001:115).

O caso de Zulmira – ao ver que o seu namorado não iria assumir o compromisso de casamento, no primeiro momento confessou a um colega de trabalho todo o seu drama pessoal – o que nos chama a atenção também para as possíveis diferentes arranjos familiares ou redes

¹³ Idem.

de solidariedades construídas, pelas classes populares, podendo ser compostas por homens e mulheres mutuamente¹⁴.

Ainda figurou no processo, a tia do acusado, que segundo o depoimento do patrão de Zulmira, o seu sobrinho já havia deflorado ainda outras duas meninas sem resultado penoso para o mesmo, e que esperava que ele desta vez fosse punido. No findar do caso José Alves foi condenado culpado com base no artigo 267 do Código Penal de 1890, que resultaria de um a quatro anos de prisão. João apesar de corresponder a expectativa lançada sobre os homens da época, pois era um homem trabalhador, “pecou” no quesito moral. Mostrando-nos que havia também papéis masculinos que deveriam ser seguidos.

O trabalho doméstico vai ser marca indelével na vida de muitas de mulheres pobres que viviam na cidade do Recife no início do século XX. Em Pernambuco segundo o Recenseamento de 1920 – apesar de ser um ano em que há uma diminuição vertiginosa no número de empregados domésticos – existiam 24.507 trabalhadores domésticos de um universo de 631.966 considerados como população ativa.¹⁵

Nos processos criminais pesquisados¹⁶ que possuem mulheres como vítimas de crimes de defloramento, agressões e ferimentos leves ou furtos, 16 vítimas diziam ser de profissão ou ocupação doméstica e apenas uma apresenta a ocupação de costureira.

Tabela 1- Ocupação e idade das vítimas em processos crimes de defloramento ou agressão física.

Ocupação	Idade	Quantidade
Serviços Domésticos	38	2
Serviços Domésticos	37	1
Serviços Domésticos	25	2
Serviços Domésticos	23	1

¹⁴ Segundo Chalhoub as condições adversas de luta para a reprodução as vida material das classes populares, permite a criação de laços de solidariedade e ajuda mútua entre homens s e mulheres sendo isto um aspecto fundamental de sua estratégia de sobrevivência. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2ªed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001 p. 185

¹⁵ **Repertório estatístico do Brasil, quadros retrospectivos**. Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. p. 32. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=seriesestatisticasrestrospectivas&itulo=Repert%F3rio%20estat%EDstico%20do%20Brasil:%20Quadros%20retrospec> Acesso em 02/02/2012.

¹⁶ Foram escolhidos como documentos primários para nossa pesquisa um total de 23 processos desses, 17 possuem mulheres como vítima de algum delito.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Serviços Domésticos	17	3
Costureira	17	1
Serviços Domésticos	16	2
Serviços Domésticos	15	3
Serviços Domésticos	13	1
Serviços Domésticos	12	1
Total		17

Como podemos perceber a maioria das mulheres que encontramos em nossos processos como vítimas, que desempenham atividade de trabalho doméstico, eram menores de 18 anos. Isso nos faz conjecturar que o ingresso das meninas pobres no mercado de trabalho se dava muito cedo. Muitas dessas meninas irão ajudar na despesa seus lares, ou até irão encontrar neles a base de todo o seu sustento.

Neste tipo de atividade meninas e mulheres irão se deparar com muitos riscos em seu dia a dia, sobretudo no tocante a honra e a moralidade. Segundo Christiane Schettini Pereira, que analisa a interseção entre as práticas de trabalho doméstico, a prostituição e a escravidão, o tema da prostituição se misturava a uma variedade de serviços domésticos, durante o período escravista (PEREIRA, 2005: 25-54). Sendo assim o conjunto de significados pejorativos que pairavam sobre atividade doméstica, e os debates jurídicos e médicos em torno da importância da honra das mulheres, se transformará num paradoxo às vezes só acionado nos momentos de conflito.

O Caso de “Thereza Catharina de Moura, de trinta e oito anos de idade, côr parda, natural de Pernambuco, de estatura mediana, de constituição fraca, temperamento bilioso, moradora de Afogados (ferida no mesmo lugar), estado solteira e de profissão doméstica”¹⁷, exemplifica um pouco do que poderia ser atribuído às mulheres que desempenhavam

¹⁷ Manuel Eurico de Menezes, S/N, Caixa 1367, ano de 1900. Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco

trabalhos domésticos em outras casas. No dia 12 de Dezembro de 1899, Thereza trabalhava como ama na casa de José Silveira e ao voltar do trabalho seu amasio Ludgero, “disse-lhe que Manoel Eurico andava a desmoralizando dizendo que ela era amasia de José Silveira e não ama”. A confusão acabou por se tornar um processo criminal, porque Thereza ao procurar satisfações com Manoel Eurico sobre o que andava a difamando acabou por travar uma luta corporal com ele, saindo desta com ferimentos leves nas mamas. O rol de testemunhas arroladas, composta somente por homens, que trabalhavam no local, e conheciam ambos, foi favorável a Thereza Catharina de Moura, entretanto o caso foi encerrado como improcedente dada a falta de provas sérias contra o acusado Manoel Eurico de Menezes.

Este caso colabora com nossas hipóteses, na medida em que nos faz perceber que apesar das classes populares viverem de formas diferentes das propostas pelo discurso normativo, elas possuíam a partir de suas visões de mundo, conceitos sobre moralidade, honra próprias. Thereza, apesar de ser amasiada com Ludgero, que segundo Martha de Abreu Esteves “para os populares do Rio de Janeiro, no início do século, o amasiamento não era considerado algo imoral”(1989: 184), repudiou as calúnias públicas de Manoel Eurico, pois possuía talvez sobre si uma concepção moral respeitosa, e isso é corroborado por umas das testemunhas que afirmou não ter nada que desabonasse a conduta de Thereza.

A análise da conduta destas mulheres será amplamente exercida e vigiada através dos discursos médicos e principalmente jurídicos. A questão da conduta era valiosa principalmente se a personagem em questão fosse vítima de algum abuso, violência, defloramento ou estupro. A grande questão, entretanto estava em estabelecer uma ligação entre o vivido e o propalado pelos juristas, visto que “a mulher pobre enfrentará as contradições entre o ato de trabalhar e ser constrangida a vier segundo a moral propalada” (ESTEVEVES 1989: 62).

Estas contradições se darão em muitos aspectos da vida cotidiana, quer fosse ao trabalho, nos arranjos familiares, e nos relacionamentos. O caso de “Floripes Viana de Carvalho, menos de 17 anos e orphã”¹⁸, nos explicita algumas dessas contradições. Floripes havia sido deflorada pelo seu primo- namorado, Liberalino Vieira de Mello de 21 anos. Ambos residentes da mesma casa a sua tia Joaquina de Freitas Dias, “com trinta e oito anos de

¹⁸ Liberalino Vieira de Mello, S/N, Caixa 1367, ano 1901, Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco

idade, moradora da Freguesia de São José, viúva, serviços domésticos” e sua prima Elisa, na Rua de Santa Rita Velha, nº 9. A partir do processo sabemos que Liberalino nem sempre morou neste endereço, constando nos autos que era morador da Rua Valentina, nº76, denunciando que talvez fosse hospede de Joaquina Freitas, tia da ofendida a pouco tempo. Apesar de ser viúva, doméstica e morar com duas moças que possivelmente eram donzelas, Joaquina permitiu hospedar Liberalino, em sua casa. Não é mérito do XX, as novas configurações de lares. Maria Odila L. da Silva Dias em *Quotidiano e Poder*, assinala a existência de lares chefiados por mulheres, mas especificamente os fogos, compostos pelos mais variados tipos de pessoas e laços familiares:

O padrão domiciliar das mulheres só eram os fogos nucleares chefiados pela mãe com filhos adultos. Na falta de escravos e agregados, tinham as próprias filhas adultas, eventualmente os netos, como auxiliares; contavam também com os salários de filhos carpinteiros, sapateiros, soldados, alfaiates. Era o que lhes garantia o dia-a-dia. (1995: 184)

É muito provável que Joaquina não tivesse hospedado Liberalino Vieira, em sua casa somente por que ele era seu parente, mas talvez por uma questão de sobrevivência, visto que o acusado era vendedor ambulante podendo ser uma renda a mais para as despesas da casa.

O problema da carestia das habitações decorrentes da escassez de moradias e aumento da população no Recife do final dos novecentos e início do XX (COUCEIRO 2003:43), certamente contribuiu para a formação de diversos lares semelhantes ao de Joaquina Freitas, principalmente em bairros populares. Segundo dados do Recenseamento Estático Geral de 1920, a densidade domiciliária neste período na cidade do Recife era de 678 pessoas para cada 100 domicílios¹⁹. Maria Emília Vasconcelos ressalta algumas características dessas habitações populares:

Em uma mesma casa poderiam residir pessoas sem nenhum laço familiar, com hábitos e gostos diferentes. Esta era uma das alternativas para se driblar a carestia ou a falta de recursos para pagar o aluguel. Pois, para aqueles que moravam nas áreas centrais da cidade, a locomoção para o trabalho ficava mais fácil, naquela região onde a oferta de empregos/ocupações era maior, porque

¹⁹ **Repertório estatístico do Brasil, quadros retrospectivos.** Séries Estatísticas Retrospectivas, vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Pg 34. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=seriesestatisticasretrospectivas&itulo=Repert%F3rio%20estat%EDstico%20do%20Brasil:%20Quadros%20retrospec> Acesso em 02/02/2012.

os pobres na época não tinham poder aquisitivo suficiente para utilizar regularmente a maxabomba. (VASCONCELOS, 2007:43)

O processo de Floripes Viana, além do problema da habitação, e diferentes arranjos familiares e morais, nos fornece outras matizes sobre a visão de mundo das classes vigiadas. O conjunto de testemunhas formado por vizinhos e conhecidos da ofendida afirmou saber do defloramento, o próprio acusado confessou que havia deflorado a menor, mas que possuía o desejo de casar-se com a mesma. Por conta da demora em oficializar a situação, a tia da ofendida denunciou o acusado. Interessante, porém será a declaração de Floripes ainda na Delegacia do 1º Distrito da Capital em 23 de Novembro de 1901, quando afirmou que “caso Liberalino seja solto, continuará amasiada com ele, visto não ter gênio para casar”²⁰. O curioso é que no decorrer do processo, Floripes, parece ter voltado atrás, pois justificou que seu o defloramento se deu sob a promessa de casamento. Como havia sido forçada a cometer tal ato, se não possuía interesse de casar?

Os processos criminais nos permitem uma análise mais esmiuçada das possíveis expectativas dos nossos agentes históricos, o que nos fornece impressões sobre de suas visões de mundo diante das normas difundidas pela elite. Nestas análises, podemos perceber que os ditames normativos que pairavam na sociedade não eram totalmente apreendidos pelas classes populares. O que teria feito Floripes mudar de ideia e casar-se com Liberalino, em 22 de Janeiro de 1904, três anos depois do defloramento? Talvez essa não seja a pergunta cerne, mas sim, que situações da vida impulsionaram-na a se amoldar aos parâmetros de moral e honra da época? Floripes talvez encontrasse agora na figura de moça honesta, órfã e deflorada, uma saída para sua sobrevivência, que no período da abertura do processo não se fazia necessária.

Considerações finais

Compreender as experiências cotidianas de mulheres pobres do início da Primeira República, no Recife, será como compor uma colcha de retalhos. Retalhos que carregam um pouco das experiências cotidianas de muitas Zulmiras, Therezas, Floripes, e Joaquinas. Experiências também contadas com muitos ruídos, influenciadas pela ideologia jurídica.

²⁰ Liberalino Vieira de Mello, S/N, Caixa 1367, ano 1901, Comarca de Recife. Memorial de Justiça de Pernambuco

No espetáculo dos processos criminais, cenários ambíguos são levantados. No mesmo palco onde a norma é difundida e os padrões de ordem burguesa propalados, a contradição – decorrente da distância entre o discurso e o vivido – se personifica nos testemunhos de homens e mulheres, pobres, que denunciavam não experimentar o mundo da mesma forma que a elite.

Numa época em os discursos médicos e jurídicos, instituíam símbolos femininos, determinados por um padrão de comportamento criado por/para elite, que iam desde ficar em casa, cuidar dos filhos, marido, e evitar o espaço público como forma de preservar a honra, o trabalho remunerado, que quase sempre expunha a mulher à rua, se apresentava como parte concreta da vida de muitas recifenses pobres. O trabalho parece-nos além de um meio de sobrevivência, ser também um traço de identidade, compartilhada e gestada por homens e mulheres mutuamente, como no caso de Zulmira acima citada, mas também será algo acompanhado por discursos legitimadores, que tem o objetivo de circunscrever o exercício do trabalho feminino a uma função estabilizadora da família.

Negociar e resistir aos estigmas sociais eram ações inerentes ao cotidiano de trabalho dessas mulheres. Na luta pela sobrevivência, elas também buscavam não perder o tom de respeitabilidade. O caso de Thereza, empregadas doméstica que não admitiu as acusações caluniosas de Manoel Eurico, nos demonstra que outros valores permeavam as relações cotidianas que não a binária mulher respeitosa *versus* mulher da rua propostas pela norma. O casamento nem sempre era algo importante para os populares, como no caso de Floripes. As relações amorosas, compostas de variantes diferentes da relação dominante homem-mulher. A saber, que o número de mulheres na cidade do Recife era maior do que o de homens, conferindo uma maior liberdade de escolha de cônjuges e amasios.

Referencia bibliográfica

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX, SP: Humanitas/ FFLCH/USP, 2004.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940), Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Cecult, 2000.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ªed. Campinas, SP editora da Unicamp, 2001 p.207.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **A arte de viver a cidade. Recife**, Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História - UFPE, 2003.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **De historiadoras, brasileiras e escandinavas**: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX). *Tempo*, Rio de Janeiro, n.5, jul. 1998. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg5-9.pdf> Acesso em: 03/06/2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores** – O Saber Médico e a Prostituição na Cidade do Rio de Janeiro. (1845-1890), São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas Perdidas**: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque, Paz e Terra, 1989.

GRAHAM, Sandra L. **Proteção e Obediência** – criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860- 1910. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

GOMES, Tiago de Melo **Massais, mulatas, meretrizes**: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n23/n23a05.pdf>> Acesso em 15/03/2012.

LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926**: higienismo, vadiagem e repressão policial.(Dissertação de Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2003.

MAIA, Clarissa Nunes. **Policiaidos**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, 2001.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, Moleques, Menores...** Faces da infância no Recife, 1927 – 1937. Dissertação de Mestrado, URPE, Recife, 2008.

PERROT, Michele. **Os excluídos da História**: Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro. Ed: Paz e Terra, 1998

PEREIRA, Cristiana Schettini. **Lavar, passar e receber visitas**: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. *Cad. Pagu* [online]. 2005, n.25, pp. 25-54. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332005000200002>> Acesso em 21/12/2011.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência:** mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SANTOS, Aline Tosta dos Santos. **A construção do papel social da mulher na Primeira República.** Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_emdebate.php?strSecao=OUTPUT&fas=82&NrSecao=11> Acesso em : 30/12/2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Maria Emília. “**Moças Honestas ou “Meninas Perdidas”:** Um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco Imperial (1860-1888)”. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2007.